

Sindicatos e movimentos criticam alterações nas políticas de educação

Lideranças indígenas ocupam há 20 dias a sede da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) em Belém, no Pará. Eles contam com o apoio de professores e protestam contra medidas que podem levar à substituição do ensino presencial pelo remoto. Os professores da rede pública estadual se somaram ao movimento por meio de greve, por tempo indeterminado, desde o dia 23.

O Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp) defende a unificação das reivindicações da categoria, do movimento indígena e dos quilombolas em torno de aspectos inerentes ao magistério. Outra questão que motiva a articulação é a retirada de representantes do Sintepp na Comissão Permanente de Avaliação, o que acabaria conferindo ao titular da pasta de Educação, Rossieli Soares, mais poder decisório. Os grevistas pedem a exoneração do secretário.

Um encontro dos professores com representantes do governo paraense ocorreu na última sexta-feira (31). Na ocasião, o governo propôs a criação de uma comissão com a participação dos professores. O grupo teria um mês para apresentar um novo projeto de legislação sobre o magistério.

Segundo o Sinepp destacou em nota, o governo afirmou estar disposto a “construir uma nova legislação, tornando sem efeito a lei, retomando os efeitos das legislações anteriores”. Após debates relacionados a aspectos jurídicos, políticos e especialmente em relação à segurança que seria dada à categoria sobre as propostas apresentadas pelo governo, foi decidido que o documento seria revisto com colaboração do jurídico do sindicato para o debate com a categoria na assembleia que acontecerá na segunda-feira (03).

“Eles [os indígenas] têm outros pontos também, em outra mesa de negociação com o governo, mais voltada a uma regulamentação de uma política indígena para o Pará, mais ampla. Eles querem incluir também os quilombolas e relatam para a gente, inclusive, de espaços de convivência com eles. Dividem escola na região de Santarém”, explicou o coordenador geral do Sintepp, Mateus Ferreira, à Agência Brasil.

“Do ponto de vista quilombola, não existe nada legalizado para eles. E nós, enquanto sindicatos, entendemos a importância disso e nos colocamos disponíveis para fazer contato com a Universidade Federal, que tem pesquisas, para poder apontar algo nessa unificação. Se houver unificação de pautas, a gente pode sinalizar a suspensão dos movimentos.”

Negociação

Segundo o líder sindical, os professores querem que a gestão estadual recue na Lei nº 10.820/2024, que tem como efeitos a anulação da progressão automática, mecanismo que garante incrementos regulares no salário, e o fim da classe especial, que é a de professores do nível médio.

Em reunião no início de janeiro, o governo paraense justificou aos professores a aprovação da lei argumentando que seria um modo de agrupar as legislações que abordam as vantagens a aspectos da carreira do magistério. Os trabalhadores afirmam que deveriam ter sido devidamente consultados antes de fazer a lei tramitar.

“O episódio de truculência sofrida por nossa categoria na aprovação da lei e a completa falta de diálogo do governo conosco demonstraram enorme desprezo pelo necessário debate democrático, bem como ignoram as contribuições feitas por nossa entidade”, escreveu, em informe, o Sintepp, que também falou em corte orçamentário e desmonte.

Outro lado

Em nota encaminhada à reportagem na última quinta-feira (30), a Seduc afirmou que “a equipe do governo teve a oportunidade de ouvir as principais demandas da categoria, compreendendo as questões mais sensíveis e urgentes apontadas pelos educadores”. “O Estado se comprometeu a analisar todos os pontos levantados e buscar soluções viáveis que atendam aos anseios dos profissionais da educação. O colegiado reafirma seu compromisso com o diálogo aberto e transparente, com a finalidade de garantir o fortalecimento da educação e a valorização dos profissionais da área.”

Intervenções externas

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, esteve em Belém na semana passada para acompanhar reuniões entre lideranças indígenas e o governo do Pará. Em comunicado, o

ministério disse que “atua na situação desde o início, com envio do Secretário Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (Seart), Uilton Tuxá, que permaneceu no Estado até o último sábado (25)”. “A pasta atua na mediação e no fornecimento de subsídios para que qualquer solução proposta fortaleça a educação indígena e garanta o cumprimento dos direitos indígenas à educação específica e diferenciada.”

O Ministério Público Federal demandou do Ministério da Educação um posicionamento sobre a decisão do governo paraense de adotar o modelo de aulas a distância para “os povos da floresta, do campo e das águas”. O órgão ainda fez um apelo à Justiça Federal para que extinguisse o processo judicial em que o governo de Barbalho pede a reintegração de posse do prédio da Seduc.

Censura aos jornalistas

Vídeos que circulam pela internet mostram que indígenas bloquearam a BR-163 para elevar o tom do protesto. A Polícia Militar do Pará teria atuado para impedir os jornalistas de cobrir as manifestações, inclusive a ocupação no prédio da Secretaria de Educação. O direito de exercer a liberdade de imprensa teve de ser garantido por via judicial, conforme relatou o Sindicato dos Jornalistas do Pará.

A Agência Brasil procurou a Seduc sobre esse episódio, mas não obteve resposta.

Leticia Bond – Repórter da Agência Brasil

Publicado em 02/02/2025 – 16:06

São Paulo